

PLANO COHEN: A CONSOLIDAÇÃO DO ANTICOMUNISMO NO BRASIL

Orides Mezzaroba

“... nosso Exército, parcela do povo brasileiro, gente alegre e sem ódios, tomou em 1935, a decisão histórica, ratificada inteiramente em 1964: nenhuma tolerância para com o comunismo !”(1)

A década de 30, marcou a história brasileira por ser um período de grande ebulição política, representou o momento no qual as doutrinas marxistas e liberais estavam sendo absorvidas pelas classes sociais exploradas e excluídas do poder, o que de alguma forma, ameaçou a hegemonia política existente, representada pela oligarquia conservadora e pelo comando militar.

O presente texto tem por objeto o PLANO COHEN, suas origens, pretensões e conseqüências socio-políticas. Este Plano, provocou graves seqüelas junto às instituições políticas brasileiras. Além do que, proporcionou o pleno sucesso da instauração do Estado Novo de GETÚLIO VARGAS.

Neste contexto, a fim de melhor situar as origens políticas do Plano Cohen, torna-se necessário abordar alguns fatos que antecederam o seu desfecho.

Primeiramente, o movimento de 1930 - posto em andamento pela Aliança Liberal, coligação heterogênea, composta por setores da oligarquia agrária do Norte, Nordeste, Centro e Sul, opostas aos latifundiários do café de São Paulo, e por setores da classe média, representada pela remanescência tenentista da década de 20 - visava, principalmente, a modernização do Estado, como também a alteração das relações de poder que somente poderia ser alcançada com o fim da dominação oligárquica no país. (2)

A crise econômica e social que se abateu sobre o mundo, na década de 30, foi vista pela oligarquia conserva-

dora como prova cabal do colapso do liberalismo, e de sua incapacidade para responder às novas necessidade do mundo moderno. (3)

Paralelamente a esta análise, a oligarquia conservadora, em conjunto com o comando militar, passou a responsabilizar o liberalismo pelo crescimento do comunismo no país: o comunismo somente poderia desenvolver-se onde predominasse o liberalismo, portanto, ambos deveriam ser energicamente combatidos.

Eleito para governar o país, sob a vigência da Constituição de 1934, GETULIO VARGAS usou de todos os expedientes para adequá-la à sua vontade, pois, achava o seu conteúdo demasiadamente liberal. Segundo VARGAS e GOES MONTEIRO, o Brasil necessitava, naquele momento, de um governo forte e centralizado, capaz de coibir o avanço “bolchevique”, e não de facilitá-lo.

Em decorrência da falta de partidos políticos nacionais e dos sucessivos movimentos socio-políticos desde a década de 20, surgiram duas agremiações antagônicas, a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), ambas refletindo as aspirações de uma nova classe média que encontrava-se deslocada do A definição ideológica e revolucionária mais clara da ANL, proporcionou uma reação dos setores conservadores, como da AIB, do comando militar, da Igreja e dos Empresários, que passaram a combater os filiados e simpatizantes daquela organização. (5)

Destruída qualquer possibilidade de vitória dos patrocinadores da “intentona”, o comando militar passou a explorar exaustivamente o anticomunismo junto às tropas e à sociedade. A versão divulgada da possibilidade de uma conspiração judaíco-comunista, tomou corpo com a prisão de um pequeno de estrangeiros de origem judaica, que de alguma forma estiveram envolvidos naquele episódio. (6)

Logo em seguida, por sugestão de GOES MONTEIRO aos comandantes militares, iniciaram-se as discussões de preparação para um golpe, com a revogação da Constituição, a única forma de garantir a unidade militar e liquidar definitivamente a “subversão bolchevique”.

Marcadas as eleições presidenciais para o início de 1938, o ano de 1937 foi decisivo para o projeto continuísta de VARGAS e para realização dos desejos golpistas da hierarquia militar.

Para tanto, seria necessário o apoio popular, bem como o respaldo “legal”, através da concessão do “estado de guerra” pelo Congresso Nacional, o que possibilitaria total liberdade para o governo preparar o golpe final.

Nesta conjuntura é que surge o Plano Cohen. Este, segundo a versão oficial teria sido elaborado pelo “Comintern” e visava a tomada do poder no Brasil. O nome do Plano, esclarecido em 1958, referia-se ao dirigente do “Comintern” BELA KUN. Sendo que, de acordo com explicações de GUSTAVO BARROSO (notório anti-semita e pró-nazista) ao autor intelectual do Plano, OLYMPIO MOURÃO FILHO, “Kun” e “Cohen” significavam a mesma coisa. (7)

O objetivo do Plano era criar um ambiente emocional, propício a rápida aceitação do golpe e da nova Constituição, como medidas de emergência e de salvação nacional, pela população. (8) Para isso, foram antecipadas em dois meses as homenagens às vítimas militares ocorridas com a “intentona” de novembro de 35. Ou seja, em 22 de setembro de 37, realizou-se uma romaria cívica e militar ao local onde foram enterrados os mortos do movimento de 35. Na oportunidade VARGAS foi incisivo ao afirmar que o ato representava uma lição de patriotismo e de advertência aos comunistas e fracos que não tinham coragem para defender a Pátria. Concluindo, frisou, enfaticamente, que naquele momento, o povo, o Exército e as Forças Armadas estavam unidos. (9)

Em 27 de setembro de 37, num encontro da cúpula militar, foi introduzido na pauta de discussão o Plano Cohen que, de acordo com GOES MONTEIRO, seria um Plano de ação judaico-comunista. E para obstruí-lo, as Forças Armadas necessitavam da concessão do “estado de guerra”. Terminada a reunião ficou aprovado que um novo regime deveria ser instituído. O qual não poderia ser caracterizado como uma ditadura militar, nem deveria privilegiar pessoalmente qualquer militar. Assim, GETULIO VARGAS passou a ser uma das peças essenciais no processo. (10)

Com a ampla divulgação do Plano Cohen em 30 de setembro de 1937, inclusive pela Hora do Brasil, coagida pelo medo, a sociedade brasileira preparava-se para conviver com o Estado Novo. Assim, de forma surpreendente, apenas 24 horas depois de receber uma simples nota do Ministério da Justiça, a Câmara dos Deputados, por ampla maioria (2/3), concedeu o “estado de guerra”. Sabendo, inclusive, que as imunidades parlamentares seriam suspensas. (11) A partir de então, os golpistas passaram, finalmente, a dominar sem O Plano Cohen, propriamente dito, lido com atenção, apresenta uma característica curiosa: suas constantes referências ao integralismo e ao nazismo, dando à organização de PLÍNIO SALGADO (AIB), colaborador incondicional dos preparativos golpistas, um valor e uma caracterização quase que acima das próprias autoridades constituídas do país. (12) Fato este, que por si só, reforça a tese do envolvimento direto do então capitão OLYMPIO MOURÃO FILHO na elaboração do documento. Além do que o então capitão, tinha a peculiaridade de ser o chefe do estado-maior da milícia integralista, e o mentor e criador do serviço secreto da entidade. (13)

O Plano foi, ao mesmo tempo, anticomunista e anti-semita. Apresentando detalhadamente massacres horrendo, incêndios, roubos, confisco sumário e violento de propriedades

privadas, destruição de Igrejas, dissolução de famílias e violação à integridade pessoal dos cidadãos. (14) Enfim, o texto transparece ter sido elaborado por alguém extremamente dominado pela fantasia, o que sem dúvida nenhuma contribuiu decisivamente para desarmar qualquer reação ao golpe.

Quanto a elaboração do Plano Cohen, pode-se detectar três versões.

A primeira, está baseada nas declarações de GOES MONTERIO. Cabe esclarecer que vinte anos depois da divulgação do Plano, o próprio GOES confirmou a falsidade do documento. Segundo GOES, o Plano havia sido elaborado por um oficial integralista, o então capitão OLYMPIO MOURÃO FILHO, nas dependências do Estado-Maior do Exército. Com a descoberta do Plano, pelo então major CAIADO DE CASTRO, a existência do documento chegou ao conhecimento de GOES. (15) Este, imediatamente entrou em ação e interceptou o Plano, encaminhando-o logo em seguida ao Presidente da República e demais autoridades para que fossem tomadas as providências cabíveis. Porém, conforme afirma GOES MONTEIRO, antes de qualquer análise mais detalhada a fim de verificar a veracidade do Plano, este, não sabe-se por quem foi distribuído à imprensa. A qual passou a divulgá-lo amplamente. Assim, para todos os efeitos, o documento passou a ser considerado de autoria dos “assalariados moscovitas”, conforme GOES referia-se aos comunistas.

A segunda versão, publicada pelo historiador HÉLIO SILVA a pedido de OLYMPIO MOURÃO FILHO, surgiu não faz muito. Nela, MOURÃO FILHO declara que enquanto chefe do serviço secreto da AIB e encarregado da redação de um boletim, recebeu de PLÍNIO SALGADO, a tarefa de elaborar um texto contendo um plano do que seria uma subversão comunista no Brasil, a fim de servir de subsídio para um debate com os chefes provinciais integralistas. O declarante

passou então, a reunir material de apoio, privilegiando publicações comunistas nacionais e estrangeiras. Concluído o trabalho, MOURÃO FILHO entregou-o ao seu superior PLÍNIO SALGADO, que não o aprovou, insinuando ser por demais fantasioso. Desgostoso com a recusa, o autor levou o que escrevera para o seu padrinho de casamento e antigo general ALVARO MARIANTE, Ministro do Supremo Tribunal Militar. Mostrando-se interessado pelo documento, MARIANTE solicitou que MOURÃO FILHO lhe emprestasse a fim de estudá-lo melhor. Após a saída de MOURÃO FILHO, o general MARIANTE teria chamado o seu colega e vizinho GOES MONTEIRO, a época chefe do Estado-Maior do Exército, para mostrar-lhe o Plano. (16) Entre surpreso e satisfeito, GOES toma emprestado o material com o objetivo de reproduzi-lo. Isto feito, devolveu os originais logo em seguida ao general MARIANTE. Com a cópia do documento, GOES leva-o ao conhecimento do Presidente da República, explicando que o mesmo havia sido apreendido pelo Serviço Secreto do Estado-Maior do Exército, e que representava um autêntico plano de subversão comunista. A partir deste precedente, GOES passa a reclamar medidas emergenciais, as quais, são imediatamente tomadas por VARGAS. (17) O “estado de guerra” torna-se uma realidade. Quanto ao golpe final, seria uma questão de tempo.

Finalmente, a terceira versão, pouco estudada, devendo, no entanto, ser levada em consideração, foi apresentada por AFFONSO HENRIQUES em sua obra VARGAS, O MAQUIAVÉLICO.

Segundo HENRIQUES, o Plano Cohen foi criado nos subterrâneos do Catete. Aos integralistas coube apenas o papel de intermediários, isto é, de acobertadores dos militares golpistas

e do Catete. Para HENRIQUES, “ os integralistas entraram nessa tramóia como Pilatos em credo”. O caso foi, evidentemente, articulado por VARGAS e GOES MONTEIRO. Havendo no Estado Maior do Exército um oficial integralista, o capitão OLYMPIO MOURÃO FILHO, não foi difícil convencê-lo à trazer o famigerado Plano para o Ministério da Guerra e simular estar datilografando cópias do mesmo, com atitudes suspeitas, cheio de cautelas, a fim de despertar a atenção de seus colegas de trabalho. E, uma vez verificada a gravidade do documento, sem dúvida que o caso seria levado ao conhecimento do chefe superior, ou seja, ao próprio GOES MONTEIRO. Assim, o Plano viria à público. (18)

Para demonstrar que o integralismo não teve ligação direta com a elaboração do Plano Cohen, HENRIQUES cita a famosa carta de PLÍNIO SALGADO, datada de 28 de janeiro de 1938, e enviada ao Presidente VARGAS. Nela, o chefe integralista expressa o desconhecimento da existência do Plano, referindo-se apenas que havia sido informado pelo “Sr. FRANCISCO CAMPOS (futuro Ministro da Justiça do Estado Novo) de que o Estado-Maior do Exército havia apreendido um documento (o Plano Cohen) e que iria criar um grande clima para o golpe, pois diante de tal documento o perigo comunista se apresentava tão grave que se tornaria necessário o estado de guerra. “(19)

Nessa reunião, ocorrida em meados de setembro de 1937, cerca de 15 dias antes da divulgação do Plano, o representante de VARGAS, FRANCISCO CAMPOS, e o chefe integralista, PLÍNIO SALGADO, estabeleceram entendimentos para viabilizar o apoio da AIB ao golpe. (20) Portanto, de acordo com a correspondência de PLÍNIO ao Presidente VARGAS, fica evidente que o Plano Cohen já existia muito antes da sua divulgação e que o chefe integralista não tinha conhecimento do seu conteúdo. A revelação desses fatos põe em suspeita,

portanto, as versões de GOES e MOURÃO FILHO.

Outro detalhe importante está na renúncia de PLÍNIO SALGADO de sua candidatura à presidência da República, logo após aquela reunião. Foi a partir de então que os integralistas, com sua milícia, passaram a apoiar incondicionalmente os atos golpistas.

Cerca de doze anos após o golpe de 37, o general JOSÉ PESSOA, comandante da Zona Militar do Sul, em virtude da campanha presidencial de 1950 que se iniciava, lança uma proclamação às tropas sob seu comando em 20 de março de 1949, expressando-se da seguinte forma:

“Hoje não mais permitiremos exploração com o nome de nossa classe, nem seremos ludibriados com os obreiros diabólicos de documentos falsos, pois ainda nos recordamos da monstruosa aventura política, oriunda de obscuras maquinações, pela qual brasileiros ambiciosos assaltaram o poder e, perante a Nação, feriram profundamente o Exército na sua honra, na sua hierarquia e no seu decoro, fazendo do seu crime, o crime de toda uma classe.” (21)

Tal pronunciamento, quando mencionado no Senado Federal por SALGADO FILHO, parlamentar amigo de VARGAS, foi violentamente aparteado pelo Senador GOES MONTEIRO, o qual exigiu que se desse um basta a qualquer assunto de golpes, ameaçando que em caso contrário, faria revelações que poderiam deixar em Por fim, vale ressaltar de que o Plano era falso. E foi um simples pretexto para exacerbar na população o medo do comunismo. O que facilitaria o ceifamento das últimas resistências civis, deixando a sociedade inerme e propensa à obediência incondicional ao governo golpista. (23)

Os militares golpistas negaram qualquer valoração ao Plano Cohen, dentre os quais encontra-se o general DUTRA, o qual categoricamente afirmou que o Plano Cohen “. . . não passou de um boletim anônimo, de origem duvidosa, e que por isso mesmo nenhuma influência teve no desenrolar dos acontecimentos. “(24)

Nas três versões fica evidente o envolvimento de militares no Plano Cohen, dentre os quais, MOURÃO FILHO, como autor e GOES MONTEIRO como maquiador. O silêncio por vários anos, do então capitão MOURÃO FILHO, diante da versão apresentada por GOES , não o isenta de qualquer responsabilidade diante do golpe de 37.

No contexto geral, a gravidade maior do Plano Cohen, está, justamente, na irresponsabilidade das autoridades da época, ao dar publicidade a um documento, sabendo-se da sua falsidade. O que não exclui, em hipótese alguma, o governo de VARGAS e o comando militar, do terror hediondo praticado no período que antecedeu o Estado Novo, e durante a vigência do mesmo.

Finalmente, pode-se inferir que a crise política e social brasileira, presenciada neste final de século, possui raízes profundas nas ações dos golpistas da década de 30. As quais, infelizmente, ainda não receberam a análise merecida. O que serve de alerta para as novas gerações, no sentido de que os fatos que sucederam o golpe de 37 não se transformem em mais algumas páginas da história brasileira, muito pouco esclarecidas.

Com a queda do muro de Berlim e o fim do regime soviético, a discussão sobre o comunismo ou o anticomunismo tornou-se datada. No entanto, não se pode olvidar a importância histórica da exagerada utilização da ideologia anticomunista, como argumento justificador da instauração e da manutenção dos regimes de exceção no país ou de como a bandeira do anticomunismo serviu às intenções autoritárias de nossas elites dirigentes.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 01 - HISTÓRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO - Perfil Militar de Um Povo. Edição do Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro : Gráfica Fundação IBGE, 1972. vol. 3, ex. número 4, p. 972
- 02 - LÖWY, Michael. Do Movimento Operário Independente ao Sindicalismo de Estado (1930-1945). In: Movimento Operário Brasileiro (1900-1979). Belo Horizonte : Editora Vega S/A, 1980. p. 25
- 03 - CAMARGO, Aspásia. . . (ET AL). O Golpe Silencioso. Rio de Janeiro, 1989. p. 20
- 04 - idem. p. 33
- 05 - LÖWY, Michael. op. cit. p. 41
- 06 - CAMARGO, op. cit. p. 52 e 54
- 07 - LÖWY, op. cit. p. 44
- 08 - BASBAUM, Leôncio. História Sincera da República de 1930 a 1960. 5 ed. São Paulo : Alfa-Omega, 1985. v. 3. p. 92
- 09 - CAMARGO, op. cit. 212
- 10 - idem. p. 213
- 11 - HENRIQUES, Affonso. Vargas, o maquiavélico. São Paulo : Palácio do Livro, 1961. p. 415
- 12 - idem. p. 407
- 13 - CAMARGO, op. cit. p. 214
- 14 - HENRIQUES, op. cit. p. 407
- 15 - CAMARGO, OP. CIT. P. 215
- 16 - SILVA, Hélio. O Plano Cohen: O Anticomunismo Como Chave Para Golpes de Estado. In: Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1980. vol. 27. p. 25
- 17 - idem. p. 25
- 18 - HENRIQUES, op. cit. p. 408
- 19 - idem. p. 428
- 20 - CAMARGO, op. cit. p. 215
- 21 - HENRIQUES, op. cit. p. 414
- 22 - idem. p. 414
- 23 - CAMARGO, op. cit. p. 216
- 24 - idem. p. 216